

PENSANDO O LAICATO MISSIONÁRIO

Algumas pistas para sua promoção

Marta Barral Nieto

marta_barral@yahoo.com

RESUMO: O protagonista da missão é o Espírito Santo e todos os batizados e batizadas são enviados por todo o mundo para anunciar a Boa Nova. A Igreja precisa de aprofundar a vocação laical e a vocação missionária do laicato para que, entendendo a especificidade desta forma de vida eclesial, seja capaz de realizar ações pastorais que promovam o compromisso missionário dos leigos e incorpore medidas de renovação na Igreja e na sociedade que tornem possível a sua participação na missão universal. Uma missão a ser concebida e implementada de forma compartilhada. Se de verdade queremos ser uma família carismática, temos um longo caminho a percorrer neste sentido.

ABSTRACT: The principal agent of mission is the Holy Spirit and the entire baptised are sent to spread the Gospel in the whole world. The Church needs to deepen into the lay people vocation and the missionary vocation of the laity to be able to carry out pastoral actions that promote lay missionary awareness and commitment, and measures for the renewal of the Church and the society, looking for lay people participation in the universal mission, understanding his specific way of ecclesial life. The mission must be conceived and implemented by all together (lay, religious, ordained), becoming real partners and sharing God's mission. If we truly want to be a "charismatic family", we have a long way ahead of us.

Nestes dez anos de magistério do Papa Francisco saímos das referências ao suposto "protagonismo do laicato" ... ao caminhar juntos: "é hora de que pastores e leigos caminhem juntos, em todos âmbitos da Igreja e em todas as partes do mundo". E isso certamente inclui, sem a menor dúvida, o âmbito da missão *ad gentes*. Só espero que desta vez não nos parem o relógio de novo!

Temos mais ou menos assumido a ideia de uma Igreja-comunhão em que todos os seus membros gozam da mesma dignidade, onde todos e todas somos indispensáveis e temos o dom e a responsabilidade de ser e caminhar juntos na Igreja e no mundo, a partir dos nossos diferentes carismas. Mas tornar realidade as intuições que o Espírito suscita na experiência eclesial continua a ser um desafio. A maioria do Povo de Deus, o laicato, ainda não se apropriou do ser sujeito na Igreja, talvez porque, no fundo, as ações e as estruturas permanecem ancoradas no passado, *“a eclesiologia se renova, mas não a Igreja. A vocação e a missão do leigo na Igreja são repensadas, mas não são promovidas as condições mínimas para que o laicato possa assumir e realizar a vocação e a missão que lhes são indicadas”* (PARRA, 1987, p. 179).

Neste artigo, gostaria de refletir sobre alguns passos a serem dados por parte da Igreja, incluindo a família carismática Xaveriana, para aproximar essas “vias paralelas” que supõem a missão universal do laicato e a dos religiosos e religiosas.

Começamos o caminho, alguns passos foram dados neste sentido, iniciando por nos considerarmos família, alguma colaboração em atividades de animação missionária, algumas experiências de missão ... mas não o suficiente, e temo que algumas dessas ações tenham acabado sendo um “deixar os outros caminharem comigo” em vez de aprenderem juntos marchando pela estrada. Não é fácil mudar velhos hábitos, ainda mais se isso significa abrir o que consideramos nossos espaços e compartilhá-los com outros e outras.

Às vezes, a menção da necessária autonomia do laicato (para evitar uma dependência que possa fomentar atitudes clericais) também esconde uma tentativa de justificar ou ignorar uma realidade que não sabemos bem como afrontar e que estamos deixando de lado. Mas a missão *ad gentes* das e dos leigos diz respeito a toda a Igreja, e vivê-la em comunhão libertadora é o caminho que Deus nos indica.

O LAICATO

Para começar, devemos aproximar-nos aos leigos e leigas, conhecê-los e reconhecê-los na sua dignidade de cristãos. O Papa Francisco nos convida a enfatizar o acento no que nos une e não o que nos separa. Somos todos discípulos e discipulas, todos e todas recebemos o batismo.

No início da Igreja, leigos e leigas formavam a comunidade constituída pela fé em Cristo, em oposição aos gentios e judeus. Não estavam fora da hierarquia, mas formaram com ela uma unidade, expressa particularmente na vida sacramental. Isso se perdeu nos primeiros séculos e na atualidade, embora se mantem o sentido de membro da Igreja, o termo *leigo* refere-se à pessoa cristã que não recebeu a ordenação sacerdotal.

O Concílio Vaticano II atribui aos leigos – homens e mulheres – a condição comum de todos os fiéis que são incorporados a Cristo pelo batismo, membros do Povo de Deus, participantes da função sacerdotal, profética e real de Cristo, que têm a vocação própria de buscar o Reino de Deus tratando e ordenando, segundo Deus, assuntos temporais (LG 31).

A vocação laical representa o modo ordinário como o Espírito faz com que seja dada à Igreja a condição de fiel, na qual convergem o batismo e a secularidade inerentes ao batismo e o modo carismático de viver o batismo. A vida laical é um sinal da presença do Reino no conjunto das relações da ordem da criação (familiares, sociais, econômicas, políticas, etc.) (MERONI; GIL, 2017, pp. 75-76).

O fiel leigo vai tomando consciência progressivamente da sua chamada, do desígnio de Deus para a sua existência. O específico da vocação das e dos leigos reside em perceber que a vida ordinária no mundo, com todas as suas vicissitudes, forma parte do desígnio de Deus e não é apenas o resultado da existência natural na terra. Não se é uma pessoa leiga pelo fato de não ter recebido outro chamado, não somos “hospedes” na Igreja, formamos parte de pleno direito da Igreja, junto ao resto das formas de vida eclesiais.

O LAICATO MISSIONÁRIO

Tendo claro que o laicato é parte essencial do mistério da Igreja, e se a tarefa missionária nasce das profundezas da Igreja, é evidente que também lhe corresponde assumir a sua responsabilidade na missão e, mais concretamente, na missão *ad gentes*. Não de maneira pontual, mas sendo sujeitos ativos dela.

Embora agora pareça estranho, o anúncio do Evangelho desde o início foi feito por leigos e leigas, pessoas comuns do povo (os ministérios ainda não eram “ordenados”), e a Boa Nova se espalhou rapidamente. Maria é reconhecida como a primeira missionária, apenas uma adolescente que, carregando Jesus em seu ventre, foi visitar sua prima Isabel. Nos primórdios da Igreja, o Evangelho difundiu-se pela ação missionária do que hoje consideramos laicato, esses enviados especiais que a *Redemptoris Missio* cita quando assinala que

a comunidade cristã de Antioquia envia seus membros em missão [...] e a missão foi vista como um compromisso comunitário e uma responsabilidade da Igreja local, que necessita de ‘missionários’ para se lançar em direção a novas fronteiras (RMi 27b).

Mas rapidamente esta situação mudou, começou a se distinguir o clero e marginalizando o laicato; a estrutura de comunhão da Igreja e o sacerdócio comum dos fiéis foram ignorados. Esta situação se perpetuou até o início do século XX, quando Pio XI, o “papa das missões”, fará com que a missão dos leigos comece a ter destaque, promovendo três ações importantes: a separação entre Igreja e Estado, a retirada da política clerical e a publicação da encíclica *Ubi arcano* (1922), onde se destacou a importância do apostolado e da missão laical. Além disso, essa encíclica insiste que a missão do laicato não reside na sua extraordinária participação ao apostolado hierárquico, mas tem as suas próprias raízes no Batismo, no Crisma e no Matrimônio. Igualmente, acrescenta, os âmbitos seculares: trabalho, família e negócios, possuem, graças à ordem criadora, sua própria dignidade e legitimidade (HERNANDO GARCÍA, 2019, p. 32).

A questão foi retomada pelo Concílio e pelo magistério pontifício pós-conciliar, que tratou de animar os leigos a dedicar-se à missão *ad gentes*, quer em documentos de natureza missionária (AG 22, a EN 73.8 e RMi 71) como nos propriamente dedicados ao laicato (*Christifidelis Laici* 35 e *Familiaris Consortio* 54), que propõem a missão *ad gentes* aos leigos seculares solteiros e casados como forma de realizar sua vocação laical e contribuir à vida e ação pastoral da Igreja (MARTÍNEZ SÁEZ, 2009, p. 318).

Mais recentemente, Francisco insiste que

em virtude do Batismo recebido, cada membro do povo de Deus tornou-se discípulo missionário (cf. Mt 28,19). Cada um dos batizados, independentemente da própria função na Igreja e do grau de instrução da sua fé, é um sujeito ativo de evangelização, e seria inapropriado pensar num esquema de evangelização realizado por agentes qualificados enquanto o resto do povo fiel seria apenas receptor das suas ações (EG 120).

O sacramento do Batismo está na origem do chamado à vida cristã no estado laical e do chamado à missão *ad gentes* – é o Espírito que distribui os carismas e inspira a vocação missionária no coração de cada pessoa – não existe contradição entre eles e toda a Igreja é responsável por articular os meios, ações e estruturas para que ambas as vocações possam ser plenamente vividas.

A missão é única e global, cada um e cada uma contribui para ela a partir das suas capacidades pessoais, de seu carisma particular e do seu próprio estado de vida (sem quebrar o espírito de comunhão da Igreja, pelo contrário, enriquecendo-a com a diversidade). Só promovendo o compromisso missionário de todo Povo de Deus, será possível conseguir a recuperação da vitalidade missionária da Igreja. Isto implica ajudar os leigos a viver plenamente a sua vocação missionária, conciliando a realidade secular com a dedicação à missão *ad gentes*.

A vocação e a corresponsabilidade vividas com maturidade levam ao compromisso evangelizador que é a razão da Igreja e da sua missão fundamental: levar a Boa Nova a todos os cantos da terra (cf. At 1,8). O laicato, em virtude de sua fé, é chamado a ser

discípulos e a renovar o compromisso que sua vocação implica (VÉLEZ e SIERRA, 2007, p. 46).

No caso específico da missão universal da Igreja, a dificuldade de conciliar as situações pessoais envolvidas num estado de vida eclesial, como é o dos e das seculares – família, trabalho, relações sociais – com a missão *ad gentes* – que implica também um compromisso pessoal total: formação especializada, viagens a países distantes por longos períodos, inculturação – faz com que muitos cristãos relegam em parte ou desistam do seu compromisso missionário. Ao tentar atender aos dois chamados, sentem-se divididos – um conflito que, em algumas ocasiões, se estende aos outros membros da família –, frustrados por não conseguirem responder com fidelidade a esses projetos de vida.

Há quem esteja convencido de que somos missionários em todos os aspectos e circunstâncias da nossa vida (trabalho, família, atividades cotidianas). Desta maneira, a especificidade da missão universal da Igreja acaba se diluindo. Também é frequente encontrar pessoas que adiam projetos pessoais – casamento, família, desenvolvimento de uma carreira profissional – até o retorno de uma experiência missionária, após vários anos de missão *ad gentes*. Ao retornar no lugar de origem, continuarão a desenvolver seu compromisso missionário em sua própria comunidade cristã – animação missionária, oração, apoio econômico – mas sentem que isso não preenchem completamente sua vida, porque foram certas circunstâncias que motivaram a decisão de voltar. Algumas pessoas afortunadas formam famílias nas quais os membros compartilham a vocação missionária e conseguem realizá-la juntos, sendo enviados em família. Nesses casos, questões familiares, como a necessidade de uma educação escolar para os filhos e filhas, muitas vezes, marcam a data do retorno.

Há numerosas vidas que dão rosto a estas situações e outras muitas parecidas, todas elas exemplos de fé, ousadia, de missionariedade e do potencial da corresponsabilidade na missão; mas, como Igreja, não devemos conformarmos com esses testemunhos quase anedóticos, e darmos por satisfeitos com a pouca participação do laicato, por mais significativa que seja.

A PROMOÇÃO DO LAICATO MISSIONÁRIO

A promoção do laicato missionário, diante da complicada harmonização da vocação laical e da vocação missionária, é uma tarefa de toda a Igreja, caso contrário nunca será possível superar os “caminhos paralelos”, e a missão *ad gentes* continuará a ser considerada um feudo das congregações religiosas. As reflexões sobre a teologia e a espiritualidade do laicato devem ser acompanhadas por iniciativas pastorais e ações de reforma no âmbito eclesial e social, que permitam a adaptação das instituições para que deem resposta às necessidades dos “novos” agentes evangelizadores – que não são cópias para substituir sacerdotes, religiosos e religiosas, mas que são corresponsáveis pela missão com a sua própria idiossincrasia – e as especificidades do seu estado de vida laical: estruturas que respeitam a identidade do laicato, evitam o clericalismo, a burocratização e recordam que o objetivo último da missão é fazer presente o Reino de Deus, o seu projeto para a vida do mundo e não o fortalecimento das instituições da Igreja (que não é um fim em si mesmo, mas um instrumento e mediação do Reino).

Iniciativas pastorais

As Pontifícias Obras Missionárias definem a pastoral missionária como a ação evangelizadora da Igreja, que procura despertar, animar e sustentar em todos os batizados o espírito missionário universal da fé cristã, para que realizem com maior eficácia a possível missão local e universal.

Seguindo a Encíclica *Redemptoris Missio*, a pastoral missionária compreende quatro serviços: animação missionária, formação, comunhão e cooperação (RMi 83), que procuram dinamizar o processo evangelizador para que os fiéis cheguem a comprometer-se, dar testemunho, anunciar e acompanhar outras pessoas na sua conversão e no crescimento da sua fé, mantendo sempre vivo este processo.

O objetivo da pastoral missionária é claro, aspira que todos os fiéis, incluindo leigos e leigas, se comprometam e anunciem o Evangelho. Mas como pô-lo em prática? Nas nossas paróquias e espaços de atuação, estamos a desenvolver um ministério pastoral

missionário que favoreça o despertar de todo o Povo de Deus e concretamente o laicato? Que aspectos devemos incluir no nosso serviço para dinamizar o compromisso missionário a partir de qualquer forma de vida eclesial?

1. A Animação Missionária e Vocacional

A animação missionária procura despertar e alimentar a consciência da missão nos batizados: somos enviados e enviadas por Deus ao mundo atual para a sua evangelização. Com diversas ações e meios, pretende ajudar os cristãos e cristãs a descobrir o desígnio de Deus nas suas vidas, escutar a chamada pessoal de Jesus, sentir o convite de transformar a sociedade segundo Jesus Cristo, promover a dignidade humana, trabalhar pela justiça e pela paz, cuidar da casa comum e desenvolver o dinamismo apostólico do Povo de Deus.

Para isso, é necessário despertar a vocação missionária. Embora seja o Espírito Santo que chama e desperta as vocações, é necessário criar o ambiente para que o chamado seja ouvido e se possa responder ele a partir da liberdade e da consciência. No caso das vocações à vida sacerdotal e à vida religiosa consagrada, são evidentes os esforços e os recursos que a Igreja dedica a esta questão; mas quando se trata das vocações missionárias laicais com frequência são incluídas dentro de um marco, que tem como referência a missão religiosa e que considera o laicato como destinatário e não como sujeito.

Os meios utilizados na animação missionária são a oração, a informação missionária, a motivação missionária, os encontros, as pequenas experiências de serviço missionário, o acompanhamento missionário. Como missionários e missionárias, todos participamos e organizamos muitos deles; mas acredito que se pensarmos nos encontros em que a vocação missionária leiga foi tratada em pé de igualdade com a vocação consagrada, o número é consideravelmente reduzido: quantas orações preparamos focadas em despertar vocações leigas? Em nossas orações habituais, ao pedir “operários para a messe” incluímos explicitamente os missionários seculares – e não servem as menções aos benfeitores

que apoiam nossas atividades – ? Na informação missionária que realizamos e/ou compartilhamos, aparecem situações, necessidades e experiências do laicato? Que acompanhamento damos às pessoas que expressam uma solicitude missionária leiga? Como as ajudamos a discernir e aprofundar sua vocação?

Sem entrar em mais detalhes, é necessário repensar a animação missionária e vocacional para que responda e ajude a formar uma Igreja que seja o Povo de Deus, sinodal, na qual o laicato assuma a sua responsabilidade social e eclesial (missão *ad gentes* incluída).

2. *A formação missionária*

Sem dúvida nenhuma, todos os missionários e missionárias, independente do seu estado de vida eclesial, devem preparar-se e formar-se (teologia, espiritualidade e metodologia missionária) para responder às exigências do trabalho evangelizador. Esta formação nunca termina porque somos chamados a crescer no discipulado, procurando sempre melhorar o nosso conhecimento, aprofundar o nosso amor e dar um testemunho mais claro do Evangelho.

A realidade mutável do mundo gera novas circunstâncias e desafios para a vida e a convivência que nos obrigam a estar em constante atualização. Também devemos trabalhar do ponto de vista humano, emocional e relacional, desenvolvendo nossas potencialidades e cultivando atitudes sinodais, de reciprocidade, de diálogo, de abertura, de escuta, de serviço, de trabalho em equipe que promovam a corresponsabilidade.

É importante desenvolver um programa de formação do laicato missionário – para não permanecer apenas em formações ocasionais – que proporcione conhecimentos teóricos que fundamentem a prática missionária, fortaleçam o seu protagonismo e ajudem a ir ao encontro das pessoas que mais sofrem, especialmente nas novas fronteiras geográficas, sociais e existenciais.

3. *A comunhão missionária*

A comunhão missionária ajuda-nos a viver uma comunhão eclesial concreta, promovendo a participação de todos, segundo

a nossa identidade e carisma próprios, integrando todas as forças missionárias na pastoral da comunidade local e da Igreja universal.

A comunhão missionária tem uma estrutura organizacional clara:

- *Os agentes da missão*: o Papa, os bispos, os religiosos e as religiosas e os institutos *ad gentes*, os sacerdotes *fidei donum*, o laicato e os movimentos eclesiais.
- *Estruturas para a atividade missionária*: Congregação para a Evangelização dos Povos, Pontifícias Obras Missionárias, as comissões episcopais para as missões das conferências episcopais nacionais, os conselhos missionários nacionais, as delegações diocesanas de missões, os grupos missionários paroquiais ...

Uma análise detalhada dessas estruturas vai além deste artigo, mas ainda há um longo caminho a percorrer antes que elas reflitam o que Francisco chama do “estilo de Deus”: ternura, bondade e proximidade. Devemos refletir cada um e cada uma, como agentes missionários, da maneira que possamos contribuir com que as estruturas eclesiais respeitem, cuidem e protejam, de modo concreto e real, os carismas e os valores específicos de todos os sujeitos missionários; respondam às novas realidades da missão e se adequem à renovação da Igreja, tendo presente que a coesão interna é o que torna possível a expansão externa.

4. *A cooperação missionária*

O fruto da animação, da formação e da comunhão expressa-se na cooperação missionária.

A cooperação missionária favorece a participação e a colaboração da Igreja particular na missão universal da Igreja. E é realizado de três maneiras: cooperação espiritual, cooperação material e cooperação com labores missionárias.

Este último serviço é o mais orientado para os leigos, e desenvolve múltiplas ações e modalidades para fomentar a sensibilidade missionária e envolver os batizados na missão, especialmente com

orações e apoio econômico. Nos últimos tempos, a cooperação missionária foi reduzida tanto por fatores externos – crises econômicas, divisões sociais, individualismo crescente, indiferença, mas também pelo surgimento de outros organismos seculares locais e internacionais que recebem apoio da população para colaborar com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e humana – como por fatores internos: falta de credibilidade da Igreja, declínio e envelhecimento das pessoas que participam, a dificuldade em comunicar, entusiasmar e contagiar ... Devemos continuar a promover a cooperação missionária como sinal daquela Igreja solícita e samaritana que somos chamados a ser.

A pastoral missionária é o motor para a missão e trabalhar nesses quatro serviços é necessário para que a Igreja tenha mais e melhores missionários e missionárias. É necessário repensá-la e adequá-la para que responda aos novos modelos de Igreja que Francisco propõe, tornando visível a missão *ad gentes* do laicato e fomentando também as vocações laicais.

As ações no âmbito eclesial

Está pendente uma revisão e aprofundamento do conceito do “missionário” e de sua aplicação ao modo de vida laical.

No título II do Livro III do Código de Direito Canônico contém as disposições sobre a atividade missionária da Igreja (Can. 781-792), definindo o que é envio, o que determina a condição do missionário (c. 784).

No meu caso, pertenço a uma comunidade de leigos e leigas que vivem a missão *ad gentes* e que assumem projetos missionários comunitários, que são apoiados humana, espiritual e economicamente pela comunidade. Neste caso, só seriam consideradas missionárias aquelas pessoas dentro da comunidade que “saíram em missão”. É uma visão reducionista que não se encaixa no nosso ser missionário comunitário.

É verdade que as e os leigos não se importam muito com os termos jurídicos eclesiais, mas esta falta de reconhecimento da figura do laicato missionário e da sua dedicação à atividade

missionária é um freio para a sua promoção.

Como consequência desta falta de consideração pelos aspectos laicais da vocação missionária, as instituições eclesiais não estão preparadas para responder às questões práticas e econômicas envolvidas na entrega missionária por parte dos leigos: vistos, formação (missionária, linguística e outras), viagens, manutenção no destino, cuidados de saúde, aposentadoria, retorno ...

É curioso que a Igreja considere que os leigos contribuem para o sustento econômico da missão, mas depois reluta em compartilhar esses recursos com o laicato missionário. No caso de envios diocesanos, é difícil encontrar dioceses que estejam dispostas a acolher missionárias e missionários leigos, porque a escassez de fundos os faz priorizar outras ações. Os leigos, que normalmente vivem do seu trabalho, na missão realizam atividades pastorais e exercem a sua profissão ao serviço da Igreja, mas as estruturas eclesiais relutam em colaborar na sua manutenção; isso fica reservado para ministros ordenados, religiosos e religiosas.

A situação do laicato vinculado a uma congregação é distinta, cada instituto está organizado de forma diferente, mas a questão econômica sempre está presente e devemos encontrar uma maneira de resolvê-la; nesses casos, estamos mais próximos de considerar e tratar os leigos como mais uma parte da instituição.

A corresponsabilidade entre o laicato e os pastores da qual fala o Papa Francisco, que caminham juntos “*em todos os âmbitos da Igreja e em todas as partes do mundo*”, tem que incluir também as questões práticas e econômicas. É necessário avançar na configuração de instrumentos formais que reconheçam ao laicato missionário sua posição e suas funções, respeitando suas peculiaridades.

As ações no âmbito social

Algumas reformas nas leis sociais poderiam ajudar a garantir os direitos cidadãos do laicato missionário, embora não se trate de uma promoção direta para favorecer a atividade missionária.

As estruturas sociais com as quais cada país organiza a sua vida em sociedade (o sistema de segurança social, o sistema de pensões, a saúde pública etc.) e outras prestações sociais, que são um dever e um direito de toda cidadania, podem supor um entrave para as e os cristãos que, sem terem o amparo de uma instituição eclesial, querem dedicar-se à missão universal da Igreja.

Cumprir as obrigações cidadãs, residindo vários anos fora do país, para ter direito à cobertura de saúde e pensão é um grande desafio para as pessoas leigas, que aumenta se eles tiverem família, devido ao gasto econômico e a burocracia envolvida. Todos precisam de criatividade para encontrar alguma brecha na legislação que se ajuste tanto quanto possível à própria situação e, assim, garantir um mínimo de seus direitos, especialmente pensando no futuro.

Em alguns países, a pedido das associações do laicato missionário, as instituições religiosas estão gradualmente tomando consciência deste problema e, dependendo de sua sensibilidade, compromisso e capacidade, ajudam (em alguns casos também financeiramente) a assegurar os direitos das missionárias e missionários leigos. É um começo, mas não podemos parar por aí.

As estruturas da sociedade devem estar ao serviço de toda a população e do bem comum, incluindo os fiéis que, em virtude da sua fé, decidem organizar a sua vida a serviço da Igreja e dos demais. A Igreja, tanto institucional como de base, deve lançar ações para que os organismos públicos contemplem esta casuística, para que não sejam penalizados quantos se dedicam à missão fora das fronteiras do seu próprio país. Por exemplo, seria útil que nos acordos entre Igreja-Estado se contemplasse a condição do laicato missionário, reduzindo os requisitos para a obtenção de um visto de residência e de trabalho.

O Laicato Missionário Xaveriano

A Família Xaveriana tem um longo caminho a percorrer nesse sentido. A congregação não teve uma postura clara e tem sido bastante relutante em animar “oficialmente” o laicato mis-

sionário. Não tenho conhecimento de todo o movimento laical que o Espírito tem suscitado e está despertando nos diferentes lugares onde os xaverianos estão, mas sei que surgiram diferentes grupos que compartilhando a espiritualidade do Conforti estão caminhando e colaborando com o Instituto e a missão *ad gentes* a partir de sua realidade e possibilidades.

No nosso caso, em 1996, formamos uma comunidade de leigos missionários xaverianos em Madri, que foi reconhecida pela Direção Geral dos Xaverianos como uma das possíveis formas de viver o carisma xaveriano a partir da laicidade. Temos uma vinculação espiritual, não estamos associados, nem reconhecidos de maneira legal pela congregação, somos economicamente autônomos (também em nossos projetos missionários) e na relação com os religiosos, tanto na Espanha quanto no exterior, depende das circunstâncias, embora cooperamos na medida do possível.

Desde o início tivemos que enfrentar dúvidas e desconfianças por parte de alguns religiosos, e na Espanha ainda temos dificuldades para sermos considerados parte da Família (nossa relação institucional é reduzida à pessoa designada pela congregação para caminhar juntos). Mas graças a Deus e ao apoio de muitos xaverianos continuamos a viver a nossa fé e a nossa vocação missionária partilhando o carisma. Nestes anos vivemos quatro experiências missionárias na África e na América Latina.

Em 2020 recebemos uma carta informando-nos da criação, pela Direção Geral, de uma Comissão para os Leigos Xaverianos que estava dando os primeiros passos para iniciar a elaboração de um “*vade-mécum*” como inspiração e ponto de referência sobre a identidade comum do laicato xaveriano espalhado pelo mundo todo. Trata-se de uma iniciativa interessante e esperamos que possa dar frutos. Sinto apenas que é mais uma vez um passo dado pelos religiosos para os leigos e, pelo menos para a comunidade da Espanha, esta comunicação chegou até nós como uma coisa já feita. Não fizemos parte do processo, não sabemos quem compõe esta comissão, nem se outros grupos do laicato têm uma participação maior, à necessidade de quem responde ... Enfim, é

novamente uma ação a partir da “hierarquia” para a “base” que mostra o quanto nos resta para caminhar juntos.

O horizonte da missão compartilhada

No horizonte de superação das “vias paralelas” aos que somos chamados como Igreja-comunhão, surge a “missão compartilhada”. Há alguns anos, algumas congregações religiosas seguem esta trilha, motivadas, em um primeiro momento, pela necessidade de contar com pessoas adequadas para continuar as suas obras (escolas, hospitais, centros de acolhimento, missão *ad gentes*...). Contudo, isso levou a uma mudança de mentalidade.

Entendemos a “missão partilhada” como a integração de leigos, leigas, religiosos e religiosas na mesma missão, para encontrar a identidade do próprio dom e serviço, a partir do conhecimento recíproco, da coparticipação e de uma relação de igualdade.

Um estilo participativo de missão (comunidade e diálogo) entre laicato e consagrados no mesmo nível, está demasiado distante da nossa realidade e das nossas práticas. A missão teria que ser colocada no centro. Ninguém reivindicaria o poder de permitir que outro compartilhe a missão: todos a compartilhariam em uma chave de igualdade, a partir de funções e dons diferentes e complementares. O tom carismático da missão seria diluído em favor de uma identidade carismática complexa que aponta para o universal, no estilo das comunidades intercongregacionais (GARCÍA PAREDES, 2020, p. 5).

Sim, estamos longe, mas não podemos ficar fora deste movimento renovador do Espírito dentro da Igreja hoje. É hora de começar a caminhar!

CONCLUSÃO

Neste terceiro milênio, somos convidados a renovar a vocação fundamental de toda pessoa cristã, sua chamada ao discipulado e ao compromisso missionário, que implica viver uma verdadeira comunhão libertadora junto a todo Povo de Deus, que

deixa de lado a separação entre clero e leigos. Isso só será possível com um laicato formado, comprometido e ativo na transformação do mundo, coparticipando de uma Igreja que vive intensa e concretamente a unidade da fé e da missão.

É difícil para nós compreender que, em resposta à iniciativa divina, uma pessoa leiga deixa o seu país para partilhar livremente o Evangelho e a vida com quantos ainda não experimentaram a alegria de encontrar o Amor de Deus, especialmente os empobrecidos e excluídos. Talvez se colocarmos em prática os meios adequados, uma “nova primavera do Evangelho” pode chegar também para a missão *ad gentes*.

Um bom começo seria realizar ações pastorais que tornem visível, encorajem e fortaleçam o compromisso missionário dos leigos, unindo a incorporação de medidas eclesiais e sociais que possam articular e simplificar sua participação na missão universal.

Devemos levantar um pouco mais os olhos e abrir nossos corações para *uma missão ad gentes compartilhada* que nos faça superar “vias paralelas”, harmonizando a diversidade de carismas e ministérios, e que se torne assim fonte de vida e transformação.

PARA REFLETIR

- Em nossa práxis, como ajudar os/as leigos/as a amadurecer sua vocação?
- Em nossa atividade pastoral, como promover o laicato missionário?
- Por onde podemos começar a caminhar em direção a uma missão compartilhada?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FRANCO MARTÍNEZ, Fausto y GONZÁLEZ-MOHÍNO ESPINOSA, Antonio, La figura y el pensamiento del papa Francisco: Una interpelación misionera, **SEDOS Bulletin**, vol. 51, nº 09/10, pp. 2-16, September-October, 2019.

GARCÍA PAREDES, José Cristo Rey, “En misión compartida”!; Qué

paradigma?, en <https://vidareligiosa.es/en-mision-compartida-que-paradigma/>, 7/9/2020. Acceso en febrero 2023.

HERNANDO GARCÍA, María Jesús. La misión del laico ante los desafíos del siglo XXI, **SEDOS Bulletin**, vol. 51, nº 11/12, pp. 31-40, November-December, 2019.

MARTÍNEZ SÁEZ, Juan F. El laicado misionero: esbozo del planteamiento de la problemática y de soluciones jurídico-canónicas. **Commentarium Pro Religiosis et Missionariis**, vol. 90, fasc. III-IV, pp. 317-333, 2009.

MERONI, Fabrizio y GIL, Anastasio (coords.). **Laicado y misión**. Madrid: PPC, 2017.

PARRA, Alberto. Condiciones mínimas para que el laicado sea iglesia. **Revista Theologica Xaveriana**, nº 83, año 37/2, pp. 179-197, abril-junio, 1987.

URÍBARRI BILBAO, Sabino. La santidad de los discípulos misioneros. **Revista CONFER**, vol. 58, nº 221, pp. 31-53, enero-marzo, 2019.

VÉLEZ C., Olga Consuelo y SIERRA G., Ángela María. Los laicos y laicas en la vida de la Iglesia. Una reflexión de la V Conferencia del Episcopado Latinoamericano. **Theologica Xaveriana**, vol. 57, nº 161, pp. 33-58, enero-marzo, 2007.